CAMPO X CIDADE: O DISCURSO CATÓLICO FRENTE À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Carla Simone Rodeghero

Resumo

O artigo analisa os posicionamentos católicos sobre campo e cidade, na década de 1950, tendo como foco principal a realização das Semanas Ruralistas pela Igreja Católica, no Rio Grande do Sul. Relaciona os temas campo/cidade com outros como anticomunismo católico e modernização da agricultura. Para tanto, após apontar a presença de contraposições entre as imagens de campo e cidade em outros momentos históricos, procura captar a lógica do discurso católico sobre estes temas. A seguir, passa a analisar como se dava a relação campo/cidade na conjuntura brasileira da década de 1950, situando nela o lugar ocupado pela Igreja Católica. Finalmente discute a realização das Semanas Ruralistas e os resultados esperados e efetivados, procurando analisar os limites e as implicações desse tipo de atuação da Igreja Católica. Conclui que as Semanas Ruralistas tinham como pressuposto a idéia de que a mudança tecnológica garantiria a permanência das populações no campo, preservando aí o espaço de influência da Igreja. Ao mesmo tempo, elas mostravam que a Igreja tinha se transformado num importante agente medidor da modernização capitalista da agricultura.

Abstract

This article analyses the catholic positions about country and city, in the 1950s, having as a main center of interest the *Semanas Ruralistas* (Meetings about the country issues, carried out by Catholic Church), in Rio Grande do Sul. It relates the themes country/ city to other themes like catholic anticomunism and modernization of the agriculture. Thus, after mentioning the presence of contradictions between the images of country and city in other historical moments, it aims to understand the logic of the catholic speech about these themes. Moreover, it analyses how the relation country/ city in Brazilian situation of the decade of 1950 was, situating what the place of the Catholic Church was. Finally, this article discusses the way of the *Semanas Ruralistas* were carried out, the hoped results and effective outcomes, aiming to analyse the limits and the implications obtained by this kind of Catholic Church's actions. It implies that the *Semanas Ruralistas* had as presupposition the idea that the technology change could guarantee the permanence the populations in the country, preserving the space of Church's influence. At the same time, they showed that the Church had become an important mediator agent of the capitalist modernization of the agriculture.

O discurso católico da década de 1950 e do início da década seguinte esteve marcado pela valorização da vida no campo e pela insis-

Carla Simone Rodeghero é mestre em História pela UFRGS, e professora no Departamento de Estudos Sociais - IFCH/UPF.

tência para que os agricultores assimilassem tecnologias e conhecimentos urbanos. Assim, ao mesmo tempo em que se atribuía ao campo o status de *viveiro de homens sadios de alma e corpo* - que deveria ser preservado -, insistia-se na necessidade de *mudar os sistemas tradicionais e rotineiros de trabalho*. O posicionamento católico frente ao campo e à cidade, que estava na base desse discurso, era permeado por denúncias quanto ao perigo da propagação do comunismo, mais intenso nas áreas urbanas mas em processo de franca expansão nas rurais.¹ Esse posicionamento era canalizado para práticas específicas, como a realização das Semanas Ruralistas: atividades voltadas para o meio rural e levadas a cabo pela Igreja Católica em conjunto com o Ministério e Secretaria da Agricultura. As Semanas podem ser estudadas a partir de textos publicados no boletim da Arquidiocese de Porto Alegre - o *Unitas* - e em dois jornais católicos do Rio Grande do Sul, o *Correio Riograndense* e o *Jornal do Dia*, no período em questão.

Essas atividades realizadas pela Igreja Católica serão aqui analisadas a partir de uma questão que também se colocava para as pessoas nelas envolvidas: como conciliar posturas voltadas ora para a preservação, ora para a transformação de certos aspectos da vida no meio rural? Como preservar e transformar uma realidade ao mesmo tempo? Dentro deste quadro, é preciso entender: que imagens a respeito da vida no campo e da vida na cidade eram criadas? Como essas imagens se relacionavam com o desejo de preservação e de transformação da realidade? Como elas se ligavam à pregação anticomunista católica? Como se dava a relação campo/cidade na conjuntura histórica que o Brasil estava vivendo? O que isso tudo tinha a ver com as posturas assumidas pela Igreja Católica, a partir da década de 1950?

Tendo em vista a problemática acima levantada e as fontes citadas, este artigo tem como objetivo desenvolver uma interpretação dos posicionamentos católicos sobre o campo e a cidade nos anos 50, tendo como foco principal a atuação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul na realização das Semanas Ruralistas. Defende a hipótese de que estes posicionamentos e a prática que os acompanhou coincidiam com os argumentos de outros agentes envolvidos no processo de modernização do campo e que atuavam na mesma época. Aponta para a questão de que os posicionamentos católicos revelavam um forte desejo de manter as populações rurais em sua tradicional fidelidade à Igreja frente a ameaças externas, identificadas, na maioria da vezes, na expansão do comunismo. Duas linhas de ação permitiriam a concretização desse desejo: a luta pela *manutenção* de certos componentes da vida no campo - a fé, o conserva-

dorismo político, o trabalho árduo, a poupança -, juntamente com a pregação da necessidade de uma *mudança* de mentalidade das populações rurais e dos poderes públicos visando a adoção de *técnicas modernas*. Acreditava-se que a mudança tecnológica viabilizaria a permanência das populações no campo, garantindo um espaço de influência muito prezado pela Igreja. Todo esse discurso, propositalmente ou não, transformou setores da Igreja Católica em agentes propagandeiros e mediadores do processo de modernização capitalista da agricultura.²

Os posicionamentos e as ações católicas que estão sendo discutidos se localizavam num período da história do Brasil marcado por uma forte discussão ideológica, pela busca de soluções para os problemas do desenvolvimento do País, pelo início do processo de subordinação da agricultura à indústria e pela construção de uma nova postura da Igreja Católica, em especial da direção da CNBB, de colaboração com programas governamentais voltados para a mudança social, tomando o meio rural como área preferencial de ação.³

A exposição seguirá os seguintes passos: primeiro, a dicotomia entre as imagens de campo e cidade será observada numa perspectiva de longa duração, sendo possível perceber seu conteúdo em momentos históricos importantes no processo da industrialização européia; passa-se, então, para a busca da lógica presente no seio do discurso católico sobre cidade e campo. Em seguida, faz-se uma análise do significado das relações entre campo e cidade na conjuntura brasileira da década de 1950 e; finalmente, analisa-se a atuação da Igreja Católica no meio rural gaúcho através das Semanas Ruralistas.

CIDADE E CAMPO COMO IMAGENS HISTÓRICAS

A contraposição de imagens e idéias sobre campo e cidade não é nova. Ela marca presença em diversos momentos históricos e ganha maior intensidade naqueles em que são dados passos decisivos no processo de industrialização. Na construção dessas imagens está contido, implícito ou explicitamente, um posicionamento em relação às mudanças em curso. A análise da construção dessas imagens em outros contextos pode lançar pistas para a interpretação de um momento particular em que elas aparecem com insistência no discurso católico, na realidade do Rio Grande do Sul.

Serão apontadas duas situações em que campo e cidade foram representações que serviram para avaliar momentos de forte transforma-

ção social: a *rusticofilia* francesa dos séculos XVIII e XIX e o sonho do retorno à *Velha Inglaterra*, ou à *idade do ouro*, na mesma época.

De acordo com Certeau e Julia, as classes altas e os intelectuais franceses foram tomados por uma espécie de *rusticofilia* no fim do século XVIII e na segunda metade do XIX. Ganhou força o desejo de “regresso a uma pureza original dos campos, símbolo de virtudes conservadas desde os tempos mais remotos”. Nesse quadro, os camponeses eram vistos como

*cidadãos sensatos, serenos, bons [que] vivem numa simplicidade digna da primeira idade. Aí, longe de falsas necessidades, mãos laboriosas fornecem a corpos vigorosos uma alimentação frugal. Aí, castas esposas fazem, dia após dia, a felicidade de esposos honestos [...] Aí, enfim, sob os olhos de um Pastor prudente, um povo industrioso submetido a doces leis, cumpre em paz todos os deveres do cristão e do cidadão.*⁴

Esse mesmo processo de *descoberta do povo*, na França, foi apontado por Peter Burke, que mostra como houve nele uma atenção especial para os camponeses. “O povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na religião e no solo da religião, sem nenhum sentido de individualidade”. O povo, por excelência, compunha-se dos camponeses que tinham preservado por mais tempo que qualquer outro grupo os costumes primitivos. Mas, segundo Burke, “essa afirmação ignorava importantes modificações culturais e sociais, subestimava a interação entre campo e cidade, popular e erudita”.⁵

A *volta ao povo*, e em especial ao camponês, está relacionada com o movimento do romantismo e representa uma reação às transformações resultantes da Revolução Francesa e do impulso dado à industrialização e urbanização no início do século XIX. Jules Michelet foi um dos autores franceses que viveu nessa época e escreveu sobre o povo, considerando-o o verdadeiro representante da nação francesa.⁶ Entre o povo, Michelet dispensa um carinho especial para os camponeses. Em uma passagem de *O povo* compara a terra à amante do camponês: “Se quisermos conhecer o pensamento íntimo, a paixão do camponês da França, nada mais fácil. Ei-lo que vai à nossa frente! São duas horas; sua mulher está na reza; ele está endomingado; garanto que vai ver a amante. Que amante? Sua terra”. Apesar de ir vê-la todos os dias da semana, no domingo acaba indo novamente até ela. Então,

olha-a, mas aparentemente não vai entrar; o que iria fazer lá?...

E, no entanto, ele entra. Pelo menos, é provável que não trabalhará [...] Mas, nada impede que arranque uma erva daninha, que tire alguma pedra. Cruza então os braços e pára, olha, sério, preocupado. Observa por muito, muito tempo e parece esquecer-se [...] Para quem sabe observar é um olhar todo paixão, todo dentro do coração, repleto de devoção.⁷

O autor enfatiza a importância da propriedade da terra para o camponês, propriedade que permite o desabrochar de muitas virtudes. “Uma família que de mercenária se torna proprietária passa a respeitar-se, eleva-se em sua estima própria, muda; colhe de sua terra uma safra de virtudes. A sobriedade do pai, a economia da mãe, o trabalho corajoso do filho, a castidade da filha [...]”.⁸

As vantagens da vida no campo, no entanto, são desprezadas, segundo Michelet, por muitos camponeses, em comparação como o brilho das cidades. “Como a cidade é brilhante! Como o campo é triste e pobre! Eis o que ouvis dos camponeses quando vêm ver a cidade. Não sabem que, se o campo é pobre, a cidade, com todo o seu esplendor, é talvez mais miserável. Mas, muita pouca gente faz tal distinção.”⁹ Percebe-se a crítica do autor a esse deslumbramento do camponês pela cidade. Acredita Michelet que apesar da pobreza do campo este propicia uma vida melhor que a da cidade.

A contraposição entre as representações de campo e cidade esteve presente em muitos momentos da história da Inglaterra. Raymond Williams, analisando o *mito da Velha Inglaterra* percebe que “o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar do barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar do atraso, ignorância e limitação. O contraste entre o campo e a cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade”.¹⁰ Vê-se, então, tanto associações positivas quanto negativas em relação ao campo e à cidade. Tais imagens foram se transformando de época para época e por isso foram analisadas pelo autor em sua persistência e transformação. O autor percebeu que *os bons tempos de antigamente* eram vistos por cada geração antes de si ou antes de alguma grande transformação em curso.¹¹ Além disso, Williams entende que

as idéias a respeito do campo e da cidade têm conteúdos e desenvolvimento históricos específicos, mas também está claro que em

*determinados momentos elas representam formas de isolamento e identificação de processos mais gerais. É muito comum dizer a cidade para referir-se ao capitalismo, à burocracia ou ao poder centralizado; e o campo como já vimos, em cada época tem um significado diferente, associado a idéias tão diversas quanto a independência e a pobreza; o poder da imaginação ativa e o refúgio da inconsciência. A cada momento é necessário confrontar essas idéias com as realidades históricas que, por vezes, as confirmam, outras vezes, as negam.*¹²

Os bons tempos de antigamente - nos quais o campo tinha lugar destacado - também dão o conteúdo daquilo que E. P. Thompson chamou de o mito da idade do ouro, presente no processo de formação da classe operária inglesa. Esse mito foi construído pelos operários que sentiam na própria pele as conseqüências da transição do sistema manufatureiro doméstico para o sistema fabril no início do século XIX. Assim, as dificuldades enfrentadas pelos operários do século XIX, como salários baixos, longa jornada de trabalho, perda das proteções tradicionais e repressão política, permitiam reavaliar a época anterior, que passava a ser interpretada como plena de fartura e bem-estar. O desejo de volta ao passado, ligado à vida no campo, era uma reação ao aceleração da industrialização que carregava consigo a degradação das condições de vida e de trabalho dos operários.¹³

Poder-se-ia buscar uma série de outras situações em que os temas campo e cidade estiveram em discussão. Acredita-se, porém, que os exemplos e reflexões aqui apontados podem ajudar no entendimento do discurso católico. Eles sugerem que se busque o significado da contraposição campo/cidade, no momento histórico vivido nos anos 50 e no início da década seguinte, como reação ou adesão a uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

CAMPO X CIDADE NO DISCURSO CATÓLICO

Os pontos positivos ressaltados na vida dos habitantes do campo, de acordo com as fontes consultadas, eram, entre outros, a manutenção da fé e da moral cristãs, o conservadorismo político, o trabalho árduo na pequena propriedade familiar; e a austeridade. No texto que segue, que pode ser tomado como uma síntese das concepções vigentes na Igreja Católica sobre as virtudes das populações rurais, é possível identificar

as características acima referidas. Ele inicia louvando a manutenção da fidelidade à religião, ao trabalho e à ordem:

*o agricultor ama sua gleba e seu trabalho, não inveja a sorte aparentemente risonha de outros, cultiva no lar as virtudes cristãs, orienta suas atividades para Deus, mantém escolas e igrejas, de sua família provêm não só numerosas vocações sacerdotais e religiosas, mas de lá saem igualmente homens de dignidade e caráter que [...] prestam assinalados serviços à coletividade, honrando a estirpe de que descendem. Os trabalhadores rurais não se deixam conquistar facilmente, como as multidões operárias, por idéias subversivas. Possuem apego profundo à propriedade e à liberdade, um vivo sentimento de responsabilidade, três fatores estes que representam elementos essenciais da felicidade humana e da paz social...*¹⁴

Semelhante louvor às virtudes dos agricultores também podia ser percebido nas palavras do papa Pio XII, que via o ambiente agrícola como “viveiro de homens sadios de alma e corpo para todas as profissões, para a Igreja e para o Estado”.¹⁵ Segundo ele, “a classe agrícola é rica em saúde, vigor e moralidade. Prerrogativas da vida rural são independência, saúde física e moral, segurança para o dia de amanhã”.¹⁶

A Igreja identificava o posicionamento político dos agricultores como sendo de caráter conservador, de afastamento de movimentos reivindicatórios *ruidosos*, e de pouca atenção aos demagogos e comunistas. Segundo D. Vicente Scherer, “são os agricultores menos ruidosos e ameaçadores, na verdade, mas iguais ou mais prestimosos colaboradores para o bem público e a emancipação econômica e social do Brasil”.¹⁷

No mesmo sentido, o bispo de Caxias do Sul, D. José Baréa, afirmou numa oportunidade, que o povo da Colônia “nunca prestou ouvidos aos demagogos que por aqui têm se apresentado [...] Não se deixou iludir por pregadores das novas ideologias [...]”.¹⁸ D. Vicente Scherer confirmou, em muitos dos seus pronunciamentos, que “os descendentes de imigrantes [...] via de regra, constituem um fator de equilíbrio na vida social e política do país”, pois possuem “espírito refratário à penetração das doutrinas marxistas. Entre eles são raros os defensores dos interesses comunistas e russos no Brasil”.¹⁹

A todos estes aspectos considerados positivos na vida da população rural eram contrapostas as características negativas da vida nas cidades. Assim, considerava-se que a entrada da mentalidade citadina no

campo faria diminuir “a simplicidade da vida rural, a pureza dos costumes, o devotamento pertinaz ao trabalho constante e pesado, a união afetiva entre os esposos, a reverência dos filhos aos pais, o cultivo da piedade, a fidelidade à fé tradicional e o respeito pelos usos e hábitos dos antepassados, a solidariedade afetiva e operosa com os membros da pequena comunidade social ou vila”. Isso tudo corria o risco de ser substituído pelo “amor ao fausto e ao divertimento, a leviandade entre os jovens, as práticas anticoncepcionais, o horror ao cumprimento perseverante e silencioso dos deveres sagrados e irrecusáveis”.²⁰

Além disso, no campo não seria fácil encontrar pessoas como as assim caracterizadas, num artigo do *Correio Riograndense*: “os descontentes, os animadores do jogo, os pregoeiros de ‘mais salário e menos trabalho’, os desejosos de divórcio [...], os frequentadores dos ‘cabarets’, os que alugam apartamentos sem neles morarem com a família, os dilapidadores dos erários públicos, os insufladores de greves, os subvertidores da ordem pública, os vagabundos de todas as horas em todas as esquinas”.²¹ Conclui-se, segundo o artigo, que pessoas com essas características viviam nas cidades. Assim, o ambiente urbano era alvo de críticas que abrangiam a questão moral, com temas como divórcio e divertimentos; passavam pela questão político-econômica, denunciando problemas como a subversão e a corrupção; e apontavam para uma concepção de trabalho, contra a qual estariam agindo os vagabundos, os lutadores por melhores salários, os grevistas, etc.

Apesar da ênfase nos aspectos positivos da vida no campo em contraposição aos negativos da vida na cidade, a Igreja percebia que estavam se efetuando *perigosas* mudanças no campo e que era necessário fazer algo em relação a isso. Pode-se classificar em três grupos as transformações que estariam acontecendo, de acordo com os textos analisados: a invasão da mentalidade citadina, mudando os costumes; as transformações na situação material e nas técnicas de trabalho; e a infiltração de comunistas entre os agricultores, sob a bandeira da reforma agrária.

Os aspectos censuráveis da mentalidade citadina, já apontados acima, seriam transmitidos “por leituras, pelo rádio, pela permanência dos jovens nas cidades para o serviço militar e por outras causas”.²² As transformações nas condições de vida e trabalho dos agricultores eram assim interpretadas:

os agricultores de hoje [...] se encontram talvez, em situação pior que os desbravadores [...]. Pois, em massa, vêem-se obrigados a emigrar, sem assistência de ninguém, para pontos cada vez mais dis-

*tantes de Santa Catarina, Paraná e agora, já do Mato Grosso, em busca de terra para plantar e viver. Outros que aqui ficam vão empobrecendo e se marginalizando [...].*²³

A esta constatação da situação de abandono em que jazia a agricultura, somava-se a da necessidade dos agricultores adequarem suas técnicas aos novos tempos. Segundo D. Vicente Scherer, há 50 anos os agricultores não sentiam “como agora, a inadiável necessidade de mudar os sistemas tradicionais de trabalho para sobreviver e prosperar”.²⁴ Esta mudança era considerada mais urgente do que a distribuição de terras. Assim, considerava que “a reforma agrária mais urgente é o abandono dos usos rotineiros e obsoletos no cultivo da terra e nas lides agrícolas em geral, para introduzir a técnica moderna que com menor fadiga e desgaste de forças assegura ao colono e ao trabalhador do campo, um resultado mais compensador”.²⁵

Ao mesmo tempo em que os agricultores deveriam-se adequar às novas técnicas de produção precisavam estar atentos para os perigos que poderiam acompanhá-las. “O desenvolvimento técnico da agricultura e os constantes contatos com a vida nas cidades influenciam profundamente o modo de pensar, o estilo de vida, a forma de vestir, os hábitos e as aspirações, principalmente da juventude e o próprio ambiente, pondo mesmo em perigo a fidelidade a valores humanos, morais e religiosos, tradicionalmente cultivados pelos agricultores.”²⁶

Outro problema sério que estava ameaçando o campo, segundo a interpretação católica, era a infiltração do comunismo. “O comunismo, tendo fracassado nas tentativas de penetração no meio operário, procura agora conquistar os trabalhadores da terra e os estudantes.”²⁷ Uma das maneiras de efetivar essa infiltração seria através das ocupações de terra. Várias dessas ocupações, realizadas nos anos 50 e 60, foram noticiadas pelos dois principais jornais católicos do Estado, o *Correio Riograndense* e o *Jornal do Dia*. O elemento comum das notícias era a identificação dos ocupantes, ou de seus líderes, com o comunismo, o que pode ser ilustrado por meio de três exemplos, a seguir.

Em agosto de 1951, o *Jornal do Dia* noticiou uma ocupação de terras em São Francisco de Paula e conclui o seguinte: “feita a intrusão, apresentaram, um fato consumado e, se por um dos meios legais, procurassem tirá-los de lá, ocorreria o choque, atingindo assim a finalidade dos comunistas”.²⁸

Novas denúncias a respeito da “agitação” no campo foram publicadas no *Correio Riograndense*. Os municípios-alvo das invasões foram Cacho-

eira do Sul e Giruá. “No município de Cachoeira do Sul acamparam numerosos *agricultores sem-terra* com o objetivo de forçar o governo do Estado a desapropriar vasta área do terreno”. A maioria deles era formada, segundo a versão do jornal, por “desocupados e pessoas de outras profissões sem qualquer tradição agrícola”. Além disso, o movimento foi “provocado e dirigido por elementos conhecidos como comunistas”.²⁹ Outra notícia dava conta de que havia acontecido uma concentração de agricultores sem-terra, em Giruá, “na verdade, de um grupo manejado por espertos agitadores e comunistas”. Os sem-terra, de acordo com a avaliação do prefeito da cidade, apresentada pelo jornal, não passavam de “um grupo de jagunços e elementos sem qualificação [...], insuflados por comunistas notórios”. Além disso, o referido prefeito denunciou a conivência das autoridades estaduais com os agitadores e afirmou ter organizado a resistência com a ajuda dos colonos ameaçados, da Câmara de Vereadores, da indústria e de todas “as pessoas de bem”.³⁰

Em fins de 1961, o arcebispo de Porto Alegre denunciou dois movimentos que estariam ligados ao comunismo: as Ligas Camponesas de Pernambuco e a Associação dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul. D. Vicente apontou para o perigo dessas organizações despertarem “as mais ousadas esperanças no espírito dos modestos homens do interior, aceitando-lhes com promessas de fartura e bem-estar”. Dessa forma, considerava: “é fácil agitar e sublevar criaturas simples e crédulas”.³¹

Percebe-se, então, que no discurso católico da época, a pureza e as virtudes da vida no campo estavam sendo ameaçadas por perigos de caráter econômico, social, político e cultural. Sendo assim, algo precisaria ser feito no sentido de *defender o campo*.

O SIGNIFICADO DAS RELAÇÕES CAMPO/CIDADE NA CONJUNTURA BRASILEIRA DOS ANOS 50 E INÍCIO DOS ANOS 60

O crescimento industrial e urbano do Brasil, na última metade deste século, foi acompanhado pela elaboração de um conjunto de valores concebidos como tipicamente urbanos. Foram criados alguns estereótipos negativos do homem rural, associado ao caipira, visto a partir de conotações fundamentais, como “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc.”.³² Na opinião de Martins, a história de Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, pode ser tomada como um exemplo que revela,

*a incapacidade da sociedade agrária, através de sua população, de desenvolver-se social, cultural e economicamente, presa de inércia doentia. E, a terapêutica fundada na ideologia indicada é de ação exterior ao mundo rural, de preeminência do meio e das concepções urbanas na definição do modo como a sociedade agrária deve integrar a totalidade do sistema social: como compradora e consumidora de mercadorias, como mercado.*³³

Nesse caso, parte-se de um ponto de vista diferente e até contrário àquele do pensamento católico. Enquanto esse destacava as virtudes da população rural, o primeiro via apenas as suas incapacidades. Mas, a lógica dos dois discursos cruzava-se num ponto comum: da cidade sairiam as condições para a transformação que ambos desejavam impulsionar no campo.

Esta concepção faz-se presente num momento fundamental da modernização capitalista da agricultura brasileira, iniciada na década de 1950, e plenamente consolidada na segunda metade da década seguinte. De acordo com Singer, a industrialização passou por três etapas, sendo a *primeira* no período de 1885 a 1930, quando ela foi uma consequência secundária da cafeicultura, carro-chefe da economia de exportação e centro das preocupações governamentais. O *segundo período* vai de 1933 a 1955, sendo entendido por Singer como um momento de transição da industrialização extensiva para a constituição da indústria de base. Após 1930, passou-se a dar prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, o que se convencionou chamar de *crescimento para dentro*. A industrialização assumiu a função de instrumento para tornar a economia brasileira menos dependente possível do mercado mundial.³⁴ Questões internas, como a Revolução de 1930, e externas, como a repercussão da crise de 1929, estiveram motivando esse novo posicionamento.³⁵

Como a industrialização induziu a urbanização de boa parte da população do País, foi ampliada de forma significativa a demanda urbana por alimentos, o que abriu espaço e até exigiu a expansão da agricultura comercial. Nesse processo de urbanização, “nos três últimos decênios passa-se de uma situação na qual aproximadamente 75% da população era classificada como rural (em 1940) para outra situação na qual, pela primeira vez, a maioria da população foi classificada como urbana (52% da população brasileira, em 1970, habitava núcleos de mais de dois mil habitantes)”.³⁶

O *terceiro período* no processo de industrialização é o que compreende os anos de 1956 a 1967. A partir do governo JK dá-se uma ace-

leração na industrialização, acompanhada por um programa de governo que visava completar a integração física do território nacional por meio da construção de Brasília e de uma ampla rede rodoviária para interligar a capital e os pólos industriais a todas as partes do País. Se, a partir da década de 1930, houve políticas deliberadas de industrialização, elas continuaram nas décadas seguintes, apenas com a diferença de que, num primeiro momento, a intervenção estatal deu os rumos do processo, enquanto que a partir de JK, o capital multinacional prevaleceu, apesar do Estado ainda investir em infra-estrutura e setores básicos.

Ao longo desse processo, foi sendo criado um estilo de vida urbano, para o que contribui o lançamento de novos produtos no mercado: “o automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida e constituem a razão de ser do *desenvolvimento* para a maioria da população”.³⁷

Neste terceiro período apontado por Singer, as relações de produção capitalistas se tornaram hegemônicas no campo. O capital monopolista foi atraído para a agricultura devido à ampliação do mercado interno para alimentos e matérias-primas agrícolas. Mas, essa integração do campo no novo quadro do desenvolvimento capitalista brasileiro se deu de uma forma subordinada, na medida em que a agropecuária se transformou no setor que acumula os riscos e irracionalidades da sociedade capitalista. Essa idéia é defendida por Martins, para quem:

*uma política agrária que permitisse a fixação de preços dos produtos agrícolas e pecuários em função dos custos reais da produção, fixados a partir de uma taxa estatutária de remuneração do capital, implicaria uma elevação dos custos da produção industrial, pois seriam necessários melhores salários para atender às necessidades mínimas de reprodução da mão-de-obra.*³⁸

Assim, a modernização no campo não significa racionalização no sentido do cálculo custo/benefício na agricultura, mas a transformação do meio rural em mercado consumidor e fornecedor de bens primários.

Para compreender o impacto desse processo na agricultura gaúcha, e aqui se fala especialmente da agricultura colonial,³⁹ é preciso lembrar que já na década de 1940, esta se encontrava em crise. Podem-se apontar como razões internas da crise, os baixos preços dos produtos agrícolas, o esgotamento dos solos, a escassez de terras e as técnicas rudimentares de produção.⁴⁰ Com base nisso, vê-se que “o minifúndio colonial se inviabiliza, ao mesmo tempo que avança o processo de industrializa-

ção no centro do país e nos núcleos urbanos maiores".⁴¹ Para superar o impasse é que se inicia o processo de modernização da agricultura, compreendendo a aquisição de máquinas e insumos modernos, e a utilização do crédito agrícola, disponível na época em larga escala.

A necessidade da modernização foi sendo difundida por agrônomos, veterinários, funcionários públicos, políticos, comerciantes, religiosos, etc., que podem ser denominados de agentes mediadores da modernização. Eles não tinham como referência para a sua ação a idéia do papel subordinado da agricultura no quadro amplo da industrialização. Daí atribuíram à *ignorância* e ao *analfabetismo* do homem rural as limitações à modernização.

*Esta é compreendida como modificação da cultura material das populações rurais pelo abandono de práticas rotineiras e de instrumentos arcaicos e pela adoção de práticas modernas como a curva de nível, a vacinação preventiva do rebanho, o combate às pragas, a utilização de maquinaria de tração mecânica, os fertilizantes, herbicidas, etc.*⁴²

Mesmo que tais agentes percebessem a incongruência entre o nível dos preços agrícolas e o dos insumos industriais não chegavam a questionar a interdependência entre o rural e o urbano e propor uma política econômica global que garantisse uma remuneração compatível para o capital investido na agricultura. Ao invés disso, propunham "a modernização das *mentalidades* para utilização *ótima* das condições dadas e, portanto, para a identificação do problema no nível da cultura".⁴³

Assim, há um momento importante no processo de industrialização do Brasil que exige a articulação da agricultura em seu seio. Os problemas aí surgidos passam a ser encarados como decorrentes da incapacidade das populações rurais, precisando das soluções gestadas no meio urbano.

A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO CAMPO GAÚCHO: A REALIZAÇÃO DAS SEMANAS RURALISTAS

Os bispos brasileiros, entre eles os gaúchos, e de forma muito intensa, o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, também podem ser considerados agentes mediadores do processo de modernização da agricultura. Houve uma série de atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul na década de 1950, cuja justificativa ora se aproximava, ora se afasta-

va daquela utilizada pelos demais agentes da modernização, tendo sido construída a partir de certas representações sobre campo e cidade.

Na década de 1950, a Igreja Católica se deparava com as transformações advindas do aceleração da industrialização do País de tal forma que a população urbana, principalmente, tinha o seu dia-a-dia impregnado pela ciência, pela técnica, por novas informações e ideologias, por novas preocupações e novos horizontes. Além disso, havia espaço para o avanço do pensamento marxista, para o livre exercício do voto, para o aumento relativo da classe operária e para a propagação do protestantismo, do espiritismo e da umbanda. Essas transformações ameaçavam atingir o campo e a Igreja sentia necessidade de mudar algo em sua linha de ação. Assim,

*o aumento do peso relativo do pólo urbano na composição das massas católicas, que colocava a Igreja numa situação de ter que reformular seus projetos e métodos pastorais, tinha sua contrapartida na percepção do risco eminente que ela corria de perder as massas rurais, justamente aquela parcela da população em que o peso cultural do catolicismo tradicional ainda assegurava ao clero condições de hegemonia ideológica.*⁴⁴

Mesmo sentindo que essa segurança corria perigo, a reação católica tomou como base um “ruralismo edílico que não hesitava em apontar como valores do homem do campo, comparado ao da cidade, a família patriarcal numerosa, a solidão e o conservadorismo político”.⁴⁵ Assim, como fizeram os componentes da nascente classe operária inglesa, num momento de transformações intensas, a Igreja reinterpretava o passado de forma idealizada, dando ênfase às virtudes da vida rural que nele predominava, mas que agora entravam em crise.

Entendia-se que os perigos que a base rural da Igreja estava correndo se concentravam na agitação política e eram intensificados pelas más condições de vida e trabalho no campo. A agitação política era uma das perigosas transformações que estariam acontecendo no campo gaúcho, de acordo com o discurso católico apontado acima. Ao mesmo tempo que a população rural era encarada como depositária de inúmeros valores a serem preservados, havia a percepção dela estar vivendo num *padrão infra-humano*. Esta expressão foi utilizada na carta pastoral de D. Inocêncio Engelke, bispo da cidade mineira de Campanha, divulgada em 1950 e que teve forte impacto nos meios católicos. Com um nome bombástico, *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, a carta fazia sérios alertas,

como o da necessidade de antecipar-se à revolução, e da Igreja não cometer a *loucura* de perder o operariado rural, após ter perdido o urbano. Outros encontros de bispos que se seguiram a este apontaram também para a urgência de um novo e intenso trabalho católico no campo.⁴⁶

Nessa mesma época, a Igreja reafirmava sua disposição de colaborar com o Estado em atividades que pudessem auxiliar no desenvolvimento do meio rural. Exemplo disso é o convênio celebrado em 1955 entre representantes do episcopado brasileiro e diretores do Ministério da Agricultura a fim de elaborar um plano de cooperação do clero nas campanhas agrícolas promovidas pelo governo. As justificativas para tal convênio são as de que “para a própria perfeição espiritual do indivíduo se reconhece a necessidade de um mínimo de condições materiais”. Sendo os problemas rurais muito amplos e distribuídos por um imenso território, e tendo “a existência de numerosos autênticos líderes, pessoas a quem ouvem, em muitos aspectos, os proprietários de terras, criadores, arrendatários, posseiros e trabalhadores braçais”.⁴⁷

Entre as atividades acertadas no convênio estavam a realização do dia do algodão, dia do trigo, dia do café, nos quais o técnico do Ministério assumiria a parte prática e o vigário se responsabilizaria pela convite do público, por meio do púlpito ou contato pessoal; a realização de atividades de formação de sacerdotes e seminaristas visando a um trabalho mais fecundo junto ao meio rural; a pregação em púlpito contra o êxodo rural; e, a realização das Semanas Ruralistas. Antes do convênio entre Igreja e Ministério da Agricultura, ambas as instituições realizavam encontros semelhantes às Semanas Ruralistas. A CNBB, por exemplo, realizou duas importantes Semanas Regionais de Bem-Estar Rural, em 1953 e 1954, em Fortaleza (CE) e Passo Fundo (RS), respectivamente. No caso da Igreja do Rio Grande do Sul, os encontros eram chamados de Congressos de Ação Social Rural e tiveram seu início em 1953. Os encontros que vinham sendo realizados pelo Ministério da Agricultura pareciam não dar bons resultados. É o que se depreende da avaliação do presidente do Secretariado de Ação Social da CNBB, segundo o qual,

*antes dessa colaboração, podia-se dizer que o trabalho do Ministério da Agricultura raramente alcançava esta extensão desejada. Foi depois dessa colaboração, prestada de muito boa vontade pela Igreja [...] que este trabalho de extensão agrícola, no dizer mesmo de seus técnicos, se tornou muito mais suave, muito mais ativo e muito mais profundo.*⁴⁸

As Semanas Ruralistas eram encontros realizados em nível municipal, para os quais eram convidados os agricultores e suas esposas que, durante três ou quatro dias, tinham a oportunidade de ouvir inúmeras palestras sobre temas rurais.⁴⁹ Elas eram proferidas por pessoas ligadas ao Ministério ou Secretaria da Agricultura e por membros do clero ou lideranças católicas. As solenidades de abertura ou encerramento contavam com uma missa festiva e com a presença de autoridades eclesiais, ou políticas (municipais e estaduais). De acordo com o levantamento feito junto ao boletim *Unitas*, foram realizadas dezesseis dessas Semanas na Arquidiocese de Porto Alegre entre 1953 e 1961.⁵⁰

Ao longo do período em que as Semanas Ruralistas foram sendo realizadas, o boletim *Unitas* publicava notícias, convites, relatórios e pronunciamentos do episcopado sobre tais atividades. Analisando todo esse material publicado, pode-se perceber um determinado diagnóstico a respeito dos problemas da agricultura e propostas para sua solução. Os problemas centrais que estariam afetando o campo gaúcho seriam os três já apontados anteriormente: a invasão da mentalidade citadina, mudando os costumes; as necessidades de transformações na situação material e nas técnicas de trabalho; e a infiltração de comunistas entre os agricultores, sob a bandeira da reforma agrária.

As propostas de solução para tais problemas eram marcadas por um certo endeusamento da técnica moderna, pois acreditava-se que dotado da técnica agrícola e de maiores conhecimentos, o homem rural poderia abandonar os “usos rotineiros e obsoletos de cultivo da terra” e, com menos fadiga, ter um resultado mais compensador. Para que isso fosse concretizado via-se como indispensável a assistência de técnicos, como agrônomos, veterinários e assistentes sociais. A necessidade da nova tecnologia não chegava a ser questionada, apenas se insistia que ela fosse acompanhada por um processo educativo e por uma renovação espiritual.⁵¹

Os temas tratados nas Semanas Ruralistas eram bastante variados, mas alguns mostraram-se mais presentes como o da conservação do solo, do associativismo rural, das culturas da soja, milho e trigo, do incentivo à policultura (na medida em que eram tratados temas como produção de leite, horticultura, avicultura, suinocultura, fruticultura). Esses temas revelam questões vitais da agricultura gaúcha da época como o esgotamento dos solos e o processo de integração da agricultura à indústria. Este, é o pano de fundo quando se insiste nas técnicas modernas, mesmo sem analisar-se com clareza sua viabilidade; quando são divulgados produtos novos como o soja; quando se fala a respeito de insumos como adubos, herbicidas, fungicidas, etc. O incentivo à policultura, porém, parece representar

mais o desejo de implementar *saídas caseiras* para os dilemas da agricultura na pequena propriedade e para o problema do êxodo rural. Esses eram os temas das palestras destinadas aos homens. As mulheres assistiam a outras conferências com temas específicos como: higiene, arranjo do lar, indústrias domésticas, educação dos filhos, preparação ao matrimônio, economia doméstica, avicultura, saúde rural, horticultura. Havia também momentos em que homens e mulheres permaneciam juntos para ouvir exposições de temas como catequese na Igreja, na escola e no lar; o trabalho da mulher na lavoura e sua recondução ao lar, etc.

Esperava-se que esse trabalho trouxesse benefícios tanto econômicos quanto políticos: o Rio Grande do Sul poderia abastecer-se com fatura além de exportar para o País e o exterior, mantendo sua vocação de celeiro do Brasil; evitar-se-ia a formação de um proletariado rural inquieto; e, além disso, o trabalho agrícola beneficiaria o agricultor e toda a coletividade. Para compreender até que ponto eles foram alcançados, pode-se fazer um confronto entre as resoluções tomadas no final de cada encontro e as avaliações posteriores sobre os resultados concretos obtidos.

As resoluções finais eram, em sua grande maioria, reivindicações aos poderes públicos como a Secretaria da Agricultura, o Governo do Estado, o Banco do Brasil e as Prefeituras Municipais. Solicitavam-se a esses órgãos: a visita de agrônomos, veterinários e assistentes sociais; a intermediação na conquista de melhores preços pelos produtos agrícolas e o rebaixamento do preço dos insumos industrializados; a produção de vacinas e de sementes; o auxílio na fundação de escolas práticas de agricultura; a fiscalização quanto à qualidade dos formicidas e inseticidas disponíveis no mercado; a não-cobrança do imposto de emplacamento dos tratores; o esclarecimento por parte do Banco do Brasil quanto aos financiamentos; e a instalação da energia elétrica no meio rural. Outras resoluções importantes estavam relacionadas com a educação rural, com a devida formação de professores e sacerdotes para atuar nesse meio; e com o associativismo rural, que era incentivado.

Após vários anos de realização das Semanas Ruralistas, avaliava-se que os resultados não tinham sido promissores e desfazia-se, aos poucos, o otimismo inicial. O mesmo D. Vicente analisou as repercussões do trabalho de duas maneiras distintas, as quais davam a entender que naquilo que dependia dos agricultores haviam surgido avanços, mas no que era de responsabilidade dos poderes públicos pouco ou quase nada havia sido modificado. Segundo o arcebispo de Porto Alegre, “felizmente, verificase em extensas regiões do Estado, onde predomina o regime da pequena propriedade, que vão sendo adotadas em larga escala e crescente, os no-

vos processos preconizados pela técnica agrária moderna”.⁵² Esta avaliação é de 1956, feita na mesma oportunidade em que eram convocadas novas Semanas Ruralistas para os municípios de Guaporé, Dois Irmãos e Viamão. Outra avaliação, de fundo pessimista, foi feita em 1961, numa época em que a Igreja estava iniciando a organização de sindicatos de trabalhadores rurais e convivia com a intensificação das lutas no campo em todo o País e no Rio Grande do Sul também. Nesse momento avaliava-se que “cada um desses certames rurais [...] redigiu e aprovou extensas listas de reivindicações e apelos aos poderes públicos. Ficou tudo no papel e no ar e nem 5% das medidas pleiteadas foram executadas”.⁵³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bispos brasileiros, quando se engajavam em atividades assistenciais e educativas no meio rural - como as Semanas Ruralistas no Rio Grande do Sul - e propagandeavam a necessidades de adequação à técnica moderna, dificilmente percebiam o papel subordinado que a agricultura estava assumindo no processo de modernização capitalista. Uma das razões para essa não-compreensão está no fato de que esse processo estava apenas iniciando e era visto como uma possível saída para os problemas do campo. Outro fator está ligado às estreitas relações entre Igreja/Estado e ao pavor daquela frente a outras propostas de solução para a situação brasileira que tivessem alguma influência comunista ou daquilo que era rotulado como comunismo.

Como os demais agentes da modernização, o clero situava o problema da agricultura no nível da cultura, da mentalidade do agricultor, acompanhado pelo auxílio governamental. A mudança de mentalidade abriria espaço para a entrada das novas tecnologias vindas da cidade e dominadas pelos técnicos. Dessa forma, pode-se perceber elementos comuns com a já citada ideologia urbana que foi forjada no processo de industrialização, urbanização e modernização da agricultura no Brasil. Porém, no discurso católico há algumas diferenças quanto aos estereótipos envolvendo campo e cidade. Os agentes da modernização apontavam a ignorância do homem rural e pensavam no caipira do interior paulista, em contraposição à técnica, ao conforto, à racionalidade do homem urbano. Os agentes católicos da modernização, no Rio Grande do Sul, apontavam para as virtudes do homem do campo, pensando principalmente no pequeno proprietário descendente de imigrante e os vícios e perigos a que estavam expostos os homens da cidade.

Nesse quadro, a modernização da agricultura seria, para a Igreja, a forma de manter a população no campo. Na medida em que esta absorvesse tecnologias urbanas, seria garantida produtividade, melhor retorno financeiro, menos fadiga, mais conforto e, assim, acabariam as razões para o êxodo rural. Essa população permanecendo no campo poderia manter seus valores tradicionais e o espaço de liderança da Igreja.

A preservação desses valores não seria possível com a simples omissão, pois muitas mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas estavam em curso, desarticulando relações tradicionais e rompendo lealdades religiosas. A Igreja sentiu a necessidade de enfrentar tais mudanças e fazer o possível para controlar sua direção. Frente ao dilema entre o retorno ao passado e a adaptação à modernidade, a Igreja optou por adaptar-se ao mesmo tempo em que preservava elementos do passado. Na medida em que dotava a população rural com novos conhecimentos e tecnologias, esta poderia se manter como população rural, e população fiel. A construção de imagens sobre campo e cidade respondia a essas aspirações.

BIBLIOGRAFIA

- BRUM, Argemiro J. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1988.
- BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, Abdias, Vilar de. "A Igreja e a questão agrária". In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1987.
- CERTEAU, Michel e JULIA, Dominique. "A beleza do morto: o conceito de cultura popular". In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- COHN, Gabriel. "Problemas da industrialização no século XX". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 15.ed. São Paulo: Difel, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- PATARRA, Neide L. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO,

- Cândido Procópio F. de. "Igreja Católica: 1945-1970". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. II.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11.
- TEDESCO, João Carlos. "Técnica, direito e moral: o cotidiano em conflito - transformação no meio rural da região de Passo Fundo". In: *Teoria e evidência econômica*. Passo Fundo, v.4, n. 7/8, maio/nov. 1996, p. 47 a 70.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. II.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

NOTAS

- 1 A pregação anticomunista da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, nas formas como ela se manifestava no período entre 1945 e 1964, foi objeto de estudo em minha dissertação de mestrado. Ver RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Durante a elaboração da dissertação, um dos aspectos que apareceu com insistência nas fontes foi a identificação da população rural como aquela mais protegida em relação à penetração das idéias comunistas, se comparada com a população urbana. Apesar disso, os pronunciamentos do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, insistiam na necessidade de impedir a entrada e a expansão do comunismo no campo gaúcho. Por razões de tempo e delimitação do tema, estas questões não foram trabalhadas na dissertação, mas levantaram a problemática que será discutida no presente artigo.
- 2 A Igreja via a adoção de técnicas modernas como um instrumento para garantir a manutenção de grandes faixas da população no campo, ainda fiéis ao catolicismo, numa época em que este se via diante de inúmeras ameaças. Mas, poder-se-ia propor também uma análise no sentido inverso. A viabilidade e o sucesso da modernização da agricultura estariam na dependência, entre outras coisas, da manutenção de certos valores morais cultivados pelas populações rurais e católicas, como o trabalho árduo, o senso de economia, a pouca preocupação com o lazer, a persistência no trabalho apesar dos poucos rendimentos, etc. Sobre essa discussão ver: TEDESCO, João Carlos. "Técnica, direito e moral: o cotidiano em conflito - transformação no meio rural da região de Passo Fundo". In: *Teoria e evidência econômica*. Passo Fundo, v.4, n. 7/8, maio/nov. 1996, p. 47 a 70.

- 3 Sobre a construção de uma *ideologia da mudança social*, por setores da Igreja Católica, nos anos 1950, ver BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. Petrópolis: Vozes, 1979, cap. 4, 6 e 7.
- 4 CERTEAU, Michel e JULIA, Dominique. "A beleza do morto: o conceito de cultura popular". In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 52 e 53.
- 5 BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 37 e 49.
- 6 MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. A primeira edição francesa é de 1846.
- 7 Id. *ibid.*, p. 27 e 28.
- 8 Id. *ibid.*, p. 38.
- 9 Id. *ibid.*, p. 45.
- 10 WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 11.
- 11 Id. *ibid.*, p. 25.
- 12 Id. *ibid.*, p. 390.
- 13 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. II.
- 14 SCHERER, D. Vicente. *Unitas*, Porto Alegre, v.44, n.2, jun. 1955, p. 103.
- 15 SCHERER, D. Vicente. "Problemas do pequeno agricultor". *Unitas*, Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 1954, p. 84.
- 16 *Correio Riograndense*. 29/1/1958, p.2.
- 17 SCHERER, D. Vicente. "A racionalização da agricultura". *Unitas*, Porto Alegre, v.44, n.1, mar. 1955, p. 54.
- 18 BARÉA, D. José. "A Igreja e a colonização italiana no Rio Grande do Sul". *Unitas*, Porto Alegre, v.39, n.1, mar. 1950, p. 59.
- 19 SCHERER, D. Vicente. "Perigos e ameaças de uma aproximação". *Unitas*, Porto Alegre, v.48, n.3, set. 1959, p. 154.
- 20 SCHERER, D. Vicente. "Problemas do pequeno agricultor". *Unitas*, Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 1954, p. 85.
- 21 "Provas". *Correio Riograndense*, 22/11/50, p. 4.
- 22 SCHERER, D. Vicente. "Problemas do pequeno agricultor". *Unitas*, Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 1954, p. 85.
- 23 SCHERER, D. Vicente. "Agricultores em congresso". *Unitas*, Porto Alegre, v.52, n.2, 1963, p. 228.
- 24 SCHERER, D. Vicente. "Exigências do progresso rural". *Unitas*, Porto Alegre, v.45, n.3, set. 1956, p. 146.
- 25 SCHERER, D. Vicente. "Semana Ruralista de Maquiné-Feliz". *Unitas*, Porto Alegre, v.49, n.3, set. 1960, p. 110.
- 26 SCHERER, D. Vicente. "Promoção rural". *Unitas*, Porto Alegre, v.51, n.1, 1962, p. 68.
- 27 SCHERER, D. Vicente. "Promoção agrária". *Unitas*, Porto Alegre, v.50, n.3, dez. 1961, p. 171.
- 28 "Infiltração comunista entre os colonos gaúchos". *Jornal do Dia*, 5/8/51, p. 8.
- 29 "Desocupados fazem agitação no meio agrícola". *Correio Riograndense*, 18/4/62, p. 8.
- 30 "Agitadores rechaçados". *Correio Riograndense*, 9/5/62, p. 3.
- 31 SCHERER, D. Vicente. "Promoção agrária". *Unitas*, Porto Alegre, v.50, n.3, dez.

- 1961, p. 171.
- 32 MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 4.
 - 33 Id. *ibid.*
 - 34 SINGER, Paul. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11, p. 228.
 - 35 Para aprofundar essas motivações ver: COHN, Gabriel. "Problemas da industrialização no século XX". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 15.ed. São Paulo: Difel, 1985.
 - 36 PATARRA, Neide L. "Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11, p. 259.
 - 37 SINGER, Paul. Op. cit., p. 223.
 - 38 MARTINS, José de Souza, Op. cit., p. 24.
 - 39 Considera-se agricultura colonial aquela praticada na parte Norte do Estado, na região que recebeu um povoamento proveniente da imigração européia, a partir do século XIX, ou foi povoada por descendentes desses imigrantes, com base na pequena propriedade, trabalho familiar e policultura.
 - 40 Maiores informações sobre esta crise podem ser obtidas em ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. II. O autor aponta para as deficiências técnicas da agricultura praticada pelos imigrantes alemães e seus descendentes.
 - 41 BRUM, Argemiro J. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Livraria Unijuí Editora, 1988, p. 34.
 - 42 MARTINS, José de Souza, Op. cit., p. 26.
 - 43 Id. *ibid.*
 - 44 PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido Procópio F. de. "Igreja Católica: 1945-1970". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v. 11, p. 355.
 - 45 Id. *ibid.*
 - 46 Ver CARVALHO, Abdias, Vilar de. "A Igreja e a questão agrária". In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1987. O texto de Carvalho é complementado por uma cronologia dos fatos da Igreja Católica no meio rural, de 1945 a 1963.
 - 47 "O clero e os problemas rurais". *Unitas*, Porto Alegre, v.44, n.3, dez. 1955, p. 214-219.
 - 48 Id. *ibid.*
 - 49 A documentação trabalhada não permite analisar como se dava a participação dos agricultores em tais encontros. As fontes trazem informações sobre a presença de prefeitos municipais, vereadores, lideranças católicas, professores, padres, religiosas, nas Semanas Ruralistas. Seria interessante questionar até que ponto a população visada, aquela que deveria *mudar de mentalidade*, era realmente atingida e como ela interpretava ou participava de todo esse trabalho desenvolvido pela Igreja e pelos órgãos públicos.
 - 50 Outras Semanas como estas foram realizadas nas demais dioceses do Estado mas como não constavam do *Unitas*, não estão computadas aqui. A título de exemplo, pode-se citar diversas Semanas Ruralistas realizadas na diocese de Passo Fundo,

nos municípios de Sarandi, Carazinho, Tapera, Casca e Erechim, de acordo com documentos do arquivo da autora.

- 51 "Congresso de Ação Social Rural - Convocação". *Unitas*, Porto Alegre, v.43, 1 jun. 1954, p. 140; SCHERER, D. Vicente. "Problemas do pequeno agricultor". *Unitas*, Porto Alegre, v.43, n.1, mar. 1954, p. 86. A partir de 1961, começam a ser colocadas em prática novas propostas de solução para o problema da infiltração comunitária entre os agricultores. É o que se depreende da criação de núcleos da Frente Agrária Gaúcha e da fundação de sindicatos de trabalhadores rurais sob sua influência. Este tema não será contemplado no presente artigo e merece um estudo específico, complementando os já existentes.
- 52 "Semanas Ruralistas em Guaporé, Dois Irmãos e Viamão - Comunicação". *Unitas*, Porto Alegre, v.45, n.3, set. 1956, p. 122.
- 53 SCHERER, D. Vicente. "Promoção agrária". *Unitas*, Porto Alegre, v.50, n.3, de 1961, p. 171.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (MESTRADO E DOUTORADO)

APRESENTAÇÃO

O *Programa de Pós-graduação em História* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que desde 1986 vem oferecendo o Curso de Mestrado, a partir de agosto de 1995 deu início ao *Curso de Doutorado em História*, oferecendo assim, no seio da Universidade pública e gratuita, mais uma oportunidade de qualificação aos profissionais em História tanto no âmbito da docência universitária plena como na pesquisa de alto nível.

O *Programa* tem suas linhas de pesquisa, projetos e disciplinas articuladas por um entendimento de História e conhecimento histórico que integra estruturas, processos, ações e experiências constitutivas das sociedades humanas ao longo do tempo. Seu horizonte comum são as relações de dominação e conflito que atravessam os diferentes âmbitos da vida social e que são, ao mesmo tempo, permeadas por ela, interessando-se particularmente pelo espaço e problemática referentes ao Brasil e países platinos, onde o Rio Grande do Sul merecerá atenção especial.

As linhas de pesquisa, adiante especificadas, partem do suposto de que as temáticas nelas propostas poderão ser abordadas, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, com variados cortes cronológicos e temáticos dentro de um espaço que envolve o Brasil e a Região Platina, o urbano e o rural, o público e o privado, em âmbito de micro ou macroanálise, da ação individual ou coletiva, de investigações historiográficas ou de caráter teórico.

Ainda que as linhas de pesquisa sejam unidades de investigação, cuja finalidade é sinalizar determinadas problemáticas, como se observará nos seus enunciados, tais problemáticas envolvem, em alguma medida, conteúdos constitutivos de outras. Entendê-las como unidades fechadas significaria descaracterizar objetos que são complexos e que incluem uma multiplicidade de facetas e interfaces.

LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa às quais os candidatos devem vincular seus projetos de pesquisa são as seguintes:

Relações Sociais de Dominação e Resistência

Tem como ênfase as múltiplas formas pelas quais os sujeitos sociais se constituem, relacionam-se, dominam, resistem, reagem, constroem/destróem uma ordem social. Nesta perspectiva estão contemplados, entre outros: relações econômicas, relações de classe, relações de trabalho, relações de gênero, constituição de identidades sociais, minorias, rebeldia popular, movimentos sociais, organizações populares, lutas urbanas, lutas camponesas, estratégias de dominação e resistência, relações familiares, constituição e disciplinamento do espaço urbano e a vida cotidiana.

Relações de Poder Político-Institucionais

Tem como ênfase a constituição, legitimação, exercício, ocultamento e as várias formas de contestação dos múltiplos poderes que se desenvolvem no âmbito político-institucional. Nesta perspectiva estão contempladas questões como: Estados nacionais, separatismos e relações internacionais; criação e a institucionalização dos espaços público e privado, a construção da cidadania e seu exercício; regimes autoritários e democracia; instituições partidárias, hospitalares, religiosas, carcerárias e militares; legislação e transgressão; ordem e desordem, reforma e revolução.

SISTEMAS SIMBÓLICOS, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

Tem como ênfase as múltiplas representações coletivas que implicam a construção do imaginário social; as variadas formas de produção de imagens e as formas discursivas que dão significado às várias dimensões do social, suas práticas articulatórias e condições de emergência.

Trata o campo simbólico tanto como local de formação de identidades como de luta e reconhece o controle da cultura, da memória e do imaginário - de sua produção, difusão e manejo - como uma esfera importante na disputa do poder na sociedade.

MESTRADO

Em nível de *Mestrado*, o *Programa* tem por objetivo formar e qualificar profissionais de História tanto para a carreira acadêmica (ensino e pesquisa) como para outras atividades especializadas no campo da História. Para isso, por um lado, propõe-se oferecer uma sólida revisão crítica do conhecimento histórico institucionalizado e uma reflexão sobre as tendências da produção do conhecimento histórico na atual conjuntura epistemológica das ciências sociais. Por outro, objetiva ampliar a experiência na pesquisa histórica, estimulando a produção de textos-resultados e acompanhando detalhadamente a elaboração das dissertações dentro das linhas de pesquisa adiante especificadas.

ESTRUTURA CURRICULAR

Duração do Curso, regime de créditos e condições para a titulação:

O *Curso de Mestrado em História* tem duração de até cinco semestres. Nos três primeiros, o aluno deverá integralizar 24 créditos (12 de disciplinas obrigatórias e 12 de disciplinas eletivas) e apresentar o projeto de dissertação, a qual será elaborada e defendida nos dois semestres seguintes. Durante o quarto semestre, participará do Colóquio de Apresentação da Pesquisa, onde discutirá os avanços de seu projeto de dissertação. Esta atividade é obrigatória mas *sem créditos*.

A critério da Comissão Coordenadora, será facultado ao aluno cursar disciplinas de outros Programas de Pós-Graduação, sem no entanto ultrapassar 1/3 dos créditos exigidos pelo Mestrado. Para obtenção do título de *Mestre em História*, além de integralizar os créditos, o aluno deverá obter aprovação da dissertação e da proficiência em língua estrangeira (Inglês ou Francês).

Elenco de Disciplinas Obrigatórias e Eletivas:

Disciplinas Obrigatórias - 04 créditos cada (60 horas/aula), oferecidas em três semestres consecutivos.

- Teoria e Metodologia da História I;
- Teoria e Metodologia da História II;
- Seminário de Dissertação.

Disciplinas Eletivas - 04 créditos cada; são oferecidos um mínimo de 12 créditos por semestre.

- Relações sociais de dominação e resistência: estudo monográfico (I, II e III);
 - Relações sociais de dominação e resistência: análise bibliográfica (I, II e III);
 - Relações de poder político-institucionais: estudo monográfico (I, II e III);
 - Relações de poder político-institucionais: análise bibliográfica (I, II e III);
 - Sistemas simbólicos, representações e práticas: estudo monográfico (I, II e III);
 - Sistemas simbólicos, representações e práticas: análise bibliográfica (I, II e III).
- Disciplinas eventuais* - eletivas, com número de créditos variável.
- Tópicos especiais (I, II e III).

* * *

DOUTORADO

No *Curso de Doutorado* será enfatizada a capacitação do candidato para a produção científica autônoma, através da participação em seminários teórico-metodológicos avançados e, particularmente, pela formulação e desenvolvimento de um projeto de pesquisa voltado para a elaboração da tese de doutorado com apoio efetivo do orientador acadêmico.

ESTRUTURA CURRICULAR

Duração do Curso, regime de créditos e condições para a titulação:

O *Curso de Doutorado em História* tem duração de até oito semestres. Nos quatro primeiros, o aluno deverá integralizar 36 créditos (12 de disciplinas obrigatórias e 24 de disciplinas eletivas) e ter aprovado seu projeto de tese no exame de qualificação; os quatro semestres seguintes são destinados à elaboração e defesa da tese.

A critério da Comissão Coordenadora, poderão ser aproveitados como créditos eletivos os de disciplinas cursadas em nível de *mestrado*.

Para obtenção do título de *Doutor em História*, além de integralizar os créditos, o aluno deverá obter aprovação no exame de qualificação, no exame de proficiência em dois idiomas estrangeiros e na defesa de sua tese.

Elenco de Disciplinas Obrigatórias e Eletivas

Disciplinas Obrigatórias - 04 créditos cada (60 horas/aula), oferecidas em três semestres consecutivos.

- Seminário de Estudos Avançados;
- Seminário Temático;
- Seminário de Projeto de Tese.

Disciplinas Eletivas - 04 créditos cada; são oferecidos um mínimo de 16 créditos por semestre.

- Relações sociais de dominação e resistência: estudo monográfico (I, II e III);
- Relações sociais de dominação e resistência: análise bibliográfica (I, II e III);
- Relações de poder político-institucionais: estudo monográfico (I, II e III);
- Relações de poder político-institucionais: análise bibliográfica (I, II e III);
- Sistemas simbólicos, representações e práticas: estudo monográfico (I, II e III);
- Sistemas simbólicos, representações e práticas: análise bibliográfica (I, II e III).

Disciplinas eventuais - eletivas, com número de créditos variável.

- Tópicos especiais (I, II e III).

Exames obrigatórios

- Exame de qualificação (durante o quarto semestre, sem valor de créditos, com conceito);
- Exame de proficiência em dois idiomas estrangeiros.

CORPO DOCENTE

AVANCINI, José Augusto Costa (Dr. Univ. de São Paulo)
FONSECA, Pedro César Dutra (Dr. Univ. de São Paulo)
GERTZ, Rene Ernaini (Dr. Univ. Berlim)
MACEDO, José Rivair (Dr. Univ. São Paulo)
MARSHALL, Francisco (Dr. Univ. de São Paulo)
PESAVENTO, Sandra Jatahy (Dra. Uni. São Paulo)
PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (Dra. Univ. Nac. Aut. México)
PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Dra. Univ. de São Paulo)
PINTO, Céli Regina Jardim (Dra. Univ. Essex)

SOUZA, Susana Bleil de (Dra. Univ. Paris X)
VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes (Dr. Univ. São Paulo)
WEBER, Regina (Dra. Museu Nacional/RJ).

Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS
Av. Bento Gonçalves, 9500
Bloco 3, prédio A1, sala 114
91509-900 - Porto Alegre, RS
Telefone (051) 316.66.39
Fax (051) 319.14.00

Coordenadora: *Sandra Jatahy Pesavento*
Comissão Coordenadora: *René Gertz, Sílvia Petersen, Suzana Sou.*
Secretária: *Sandra Ledesma*